

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**CONHECIMENTOS GERAIS – QUESTÕES 01 A 20**

Leia o texto 1 para responder às questões de 01 a 08.

**Texto 1**

**Nipah: vírus volta a preocupar a saúde global após casos na Índia, mas sem cenário de novo surto.**

Organização Mundial de Saúde classifica o risco de disseminação do Nipah como moderado no âmbito subnacional, e baixo nos níveis nacional, regional e global. Não há indicação de surto fora da Índia, mas fiscalização foi reforçada.

5 Sempre que surge a notícia de uma onda de casos envolvendo um vírus pouco conhecido, a pergunta que surge quase automaticamente é: estamos diante de uma nova ameaça pandêmica? Neste caso, o vírus Nipah costuma ocupar esse lugar no debate público. Associado a quadros clínicos graves e a altas taxas de letalidade, ele é frequentemente citado como um dos patógenos mais preocupantes do ponto de vista científico. Mas preocupação não é sinônimo de pânico — e entender essa diferença é essencial.

10 Em janeiro de 2026, as autoridades de saúde da Índia notificaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) dois casos laboratoriais confirmados de infecção pelo Nipah no estado de Bengala Ocidental. Os casos ocorreram em profissionais de saúde do mesmo hospital em Barasat, com sintomas iniciados no fim de dezembro de 2025 e confirmados em 13 de janeiro — um dos pacientes melhorou, o outro permanece sob cuidados críticos. Desde então, mais de 190 contatos foram rastreados e testados negativamente até o momento, sem detecção de transmissão comunitária.

15 A OMS classifica o risco como moderado no âmbito subnacional e baixo nos níveis nacional, regional e global, e não há indicação de disseminação fora de território indiano associada a esse evento. Em resposta, países vizinhos e alguns aeroportos asiáticos reforçaram medidas de triagem e vigilância sanitária — reforçando, assim, a capacidade de resposta, mas sem sinais de propagação sustentada do vírus fora do quadro isolado em Bengala Ocidental.

20 O caso do vírus Nipah ilustra um princípio fundamental da saúde pública: vigilância não é alarme, e gravidade não é sinônimo de pandemia. Identificado pela primeira vez em 1998, durante um surto na Malásia, o vírus Nipah é um vírus zoonótico do gênero *Henipavirus*, da família *Paramyxoviridae*. Seu reservatório natural são morcegos frugívoros do gênero *Pteropus*, amplamente distribuídos no sul e sudeste da Ásia. [...]. Do ponto de vista clínico, trata-se de um vírus capaz de produzir sintomas graves. A infecção pode causar encefalite aguda, insuficiência respiratória e rápida evolução para óbito, com taxas de letalidade que variam entre 40% e 75%, dependendo do surto e do acesso aos serviços de saúde.

25 Informar com precisão, contextualizar riscos e comunicar incertezas de forma honesta são tão importantes quanto detectar novos patógenos. A ciência não existe para produzir medo, mas para reduzir incertezas: e isso nunca foi tão necessário.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/02/02/nipah-virus-volta-a-preocupar-saude-global-apos-casos-na-india-mas-sem-cenario-de-novo-surto.ghtml> Acesso em: 05 fev. 2026. (Adaptado).

**Questão 01 (Peso 1)**

O texto inicia com uma ponderação de caráter questionador: “estamos diante de uma nova ameaça pandêmica?” (linha 2). Essa abordagem ocorre porque \_\_\_\_\_.

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) o Nipah é um vírus que se dissemina facilmente.
- B) o Nipah é um vírus totalmente novo e sem registros.
- C) o Nipah é associado a quadros cínicos graves, mas sem letalidade.
- D) a OMS considerou o Nipah um risco alto, inclusive, para países que estejam longe do Sudeste Asiático.
- E) o Nipah apesar da gravidade clínica, demonstra que os casos permanecem restritos, sem evidência de transmissão comunitária.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 02 (Peso 1)**

Ainda sobre a incidência do vírus e sua contaminação, o texto 1 leva a considerar como princípio fundamental da saúde:

- A) a percepção de que todo patógeno é letal.
- B) que a vigilância só deve ocorrer em casos de pandemia.
- C) que o processo deve ser de vigilância em razão de patógenos perigosos.
- D) que os países devem soar um alarme sempre que surgem patógenos inéditos.
- E) que vírus com alta gravidade repercute na disseminação de pandemias, inevitavelmente.

**Questão 03 (Peso 2)**

No excerto, extraído do texto 1: “**Em janeiro de 2026**, as autoridades de saúde da Índia notificaram à Organização Mundial da Saúde (OMS) dois casos laboratoriais confirmados de infecção pelo Nipah no estado de Bengala Ocidental” (linhas 6-7).

A pontuação presente no trecho grifado é justificada porque \_\_\_\_\_.

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) isola um objeto indireto antecipado na frase.
- B) separa o sujeito composto do predicado da oração.
- C) é um adjunto adverbial de tempo, deslocado para o início da oração.
- D) marca um aposto explicativo que detalha o termo “autoridades de saúde da Índia”.
- E) indica uma pausa obrigatória na leitura em voz alta, sem relação com a estrutura sintática.

**Questão 04 (Peso 2)**

No trecho, extraído do texto 1, “[...] as autoridades de saúde da Índia **notificaram** à Organização Mundial da Saúde (OMS) dois casos laboratoriais confirmados [...]” (linhas 6-7), o verbo destacado está conjugado no \_\_\_\_\_ do modo \_\_\_\_\_ e expressa uma \_\_\_\_\_.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) presente / subjuntivo / hipótese ou possibilidade
- B) pretérito perfeito / indicativo / ação concluída no passado
- C) pretérito imperfeito / indicativo / ação contínua no passado
- D) presente / indicativo / ação que ocorre no momento da fala
- E) futuro do presente / indicativo / ação que ainda irá acontecer

**Questão 05 (Peso 2)**

Ao construir uma oração ou período, deve-se organizar os termos de forma ordenada e clara a fim de possibilitar a compreensão.

No excerto: “A OMS classifica o risco como moderado no âmbito subnacional e baixo nos níveis nacional, regional e global, e não há indicação de disseminação **fora de território indiano** associada a esse evento” (linhas 12-13), o trecho grifado é classificado como:

- A) objeto direto do verbo “há”, pois completa o seu sentido.
- B) sujeito oculto da oração, indicando quem praticou a ação.
- C) predicativo do sujeito, atribuindo característica ao sujeito “**indicação**”.
- D) o complemento nominal de “**disseminação**”, que, sendo substantivo, exige complemento.
- E) adjunto adverbial de lugar, como elemento circunstancial de espaço onde não ocorre disseminação.

**Questão 06 (Peso 2)**

No excerto, extraído do texto 1: “A infecção pode causar encefalite aguda, insuficiência respiratória e rápida evolução para óbito, com taxas de letalidade **que variam entre 40% e 75%**, dependendo do surto e do acesso aos serviços de saúde” (linhas 21-23), o trecho destacado é uma oração

- A) coordenada explicativa.
- B) subordinada adverbial causal.
- C) subordinada adjetiva restritiva.
- D) coordenada reduzida de participio.
- E) subordinada substantiva objetiva direta.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 07 (Peso 3)**

Analise o fragmento: “A OMS classifica o risco como moderado no âmbito subnacional e baixo nos níveis nacional, regional e global, e não há indicação de disseminação fora de território indiano associada a esse evento” (linhas 12-13).

Considerando o fragmento acima, extraído do texto 1, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) No fragmento analisado, tem-se um exemplo de frase nominal e verbal.
- ( ) No fragmento, é possível encontrar uma relação de parataxe na construção oracional.
- ( ) O trecho “[...] **baixo nos níveis nacional, regional e global** [...]” apresenta paralelismo de construção.
- ( ) O vocábulo “**indiano**”, em sua morfossintaxe, é classificado como um adjetivo com função sintática de adjunto adnominal.
- ( ) Na oração: “**A disseminação do vírus parecia sussurrar alerta em cada região do país**”, criada com base no fragmento do texto, tem-se um exemplo de figura de linguagem denominada catacrese.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V F F
- B) V V F F V
- C) V F V F V
- D) F V V V F
- E) F F F V V

**Questão 08 (Peso 3)**

O texto 1 finaliza com a seguinte reflexão: “A ciência não existe para produzir medo, mas para reduzir incertezas: e isso nunca foi tão necessário” (linhas 25-26).

As conjunções “**mas**” e “**e**”, presentes no fragmento do texto 1, são exemplos de conjunções interacionais. Ao analisar a função delas no texto, é correto afirmar que “**mas**” indica \_\_\_\_\_, e “**e**” indica \_\_\_\_\_.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) condição, limitando a ação da ciência / oposição, contrariando a oração anterior
- B) oposição entre ideias / acréscimo de informação, ligando uma nova oração à anterior
- C) causa, explicando por que a ciência existe / consequência, mostrando o efeito da ação
- D) acréscimo de informação, somando uma ideia / oposição, contradizendo a oração anterior
- E) consequência, mostrando o resultado da ciência / finalidade, explicando o propósito da ação

**Leia o texto 2 para responder às questões 09 e 10.**

**Texto 2**



Disponível em: <https://prevenindobullyingnaescola.blogspot.com/2014/05/charge-virus-e-bullying.html>. Acesso em: 06 fev. 2026

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 09 (Peso 2)**

Sobre o fragmento do texto 2, extraído do terceiro quadrinho da tirinha: "[...] **existem pessoas que agem como eles**", é correto afirmar que

- A) sugere que o comportamento nocivo de algumas pessoas é uma patologia biológica.
- B) sugere que pessoas e vírus desempenham as mesmas funções biológicas no organismo humano.
- C) afirma que todas as pessoas são, literalmente, vírus, transmitindo doenças biológicas na convivência social.
- D) compara pessoas a vírus de forma figurada, destacando comportamentos prejudiciais ou nocivos, assim como aqueles danos que os vírus provocam.
- E) estabelece uma hierarquia de sofrimento, defendendo que a dor física causada por um vírus real é menos relevante do que o mesmo cansaço mental provocado por relações sociais.

**Questão 10 (Peso 2)**

Considerando o texto 2, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) O sujeito da oração: "**que existem pessoas** que agem como eles" é indeterminado.
- ( ) No primeiro quadrinho da tirinha, o sujeito da oração principal é simples e determinado, porque possui um só núcleo.
- ( ) a oração "**quando nos atingem**", extraído do primeiro quadrinho da tirinha, é uma oração subordinada adverbial, pois veio introduzida pelo conectivo "**quando**" que indica tempo.
- ( ) No fragmento: "E o pior é saber que existem pessoas **que agem** como eles", o trecho destacado é uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- ( ) O vocábulo "**coisas**" tem como papel morfossintático ser um advérbio com função sintática de complemento nominal.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V V F
- B) F F V V F
- C) V V V F F
- D) V V F F V
- E) V F V F V

**Questão 11 (Peso 1)**

"A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados" (Brasil, 1988, p. 83).

Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a Defensoria Pública, é correto afirmar que

- A) a legislação conferiu autonomia às Defensorias Públicas Estaduais e da União, pois a Defensoria Pública de Brasília, realizada pelo Distrito Federal, tem norma específica por fazer parte o executivo federal.
- B) às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e financeira, conforme a repartição legal das receitas de caráter continuado, bem como a iniciativa de sua proposta legislativa ao Chefe do Executivo para, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Financeiras, realizar sua execução administrativa e a prestação do serviço público.
- C) é assegurada às Defensorias Públicas Estaduais a autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme a repartição legal das receitas de caráter continuado, bem como a iniciativa de sua proposta legislativa ao Chefe do Executivo para, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Financeiras, realizar sua execução administrativa e a prestação do serviço público.
- D) às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de planejamento orçamentário, conforme a repartição legal das receitas de caráter continuado, além da subordinação ao disposto na lei de planejamento e gestão nacional, salvo para a Defensoria Pública Federal.
- E) às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, além da subordinação ao disposto no capítulo da Constituição que trata do Poder Judiciário. O mesmo entendimento aplica-se às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 12 (Peso 1)**

“Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e \_\_\_\_\_ para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da \_\_\_\_\_ e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais” (Brasil, 1988, p. 81).

Seguindo as orientações da Constituição Federal de 88 sobre a Defensoria Pública como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) delegará competência / inamovibilidade
- B) prescreverá normas gerais / inamovibilidade
- C) limitará regras específicas / inamovibilidade
- D) delegará competência / irredutibilidade salarial
- E) prescreverá normas gerais / irredutibilidade salarial

**Questão 13 (Peso 2)**

“A Corregedoria Geral tem por finalidade velar pela observância \_\_\_\_\_, acompanhando, fiscalizando e orientando a regularidade dos serviços da Defensoria Pública, bem como apurando as infrações \_\_\_\_\_ dos \_\_\_\_\_ da Instituição” (Bahia, 2026, p. 27).

De acordo com a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Lei nº 26, de 28 de junho de 2006, e suas alterações posteriores, a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) da Constituição Federal de 88 / civis / membros, estagiários e residentes
- B) do regime disciplinar / administrativo-disciplinares / membros e servidores
- C) do Estatuto da Defensoria Pública / penais / membros, residentes e comissionados
- D) da Constituição Federal de 88 / civis e penais / membros, servidores, residentes e comissionados
- E) do regime disciplinar / civis e penais / membros, servidores, estagiários, residentes e comissionados

**Questão 14 (Peso 2)**

Considerando a Resolução do Conselho Superior nº 06, de 11 de março de 2025, que instituiu o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) É vedado ao agente público opinar depreciativamente, ofendendo gravemente a honra e a dignidade, a respeito do desempenho funcional de membro, servidor e estagiário da instituição.
- ( ) É vedado ao agente público utilizar de forma recorrente em textos, mensagens e propagandas publicitárias de cunho institucional recorte histórico de data, período, biênio(s) ou gestões que importe em desconsideração do passado.
- ( ) É vedado ao agente público utilizar dos canais de comunicação institucionais para autopromoção ou promoção de ocupantes de função de confiança na instituição, candidatos a cargos eletivos na instituição ou fora dele e ocupantes de cargos eletivos dentro ou fora da instituição.
- ( ) É vedado ao agente público restringir, ocultar, destruir ou inutilizar registros atuais ou históricos das gestões da instituição, salvo se for para fazer ou participar de manifestação política e/ou partidária em favor de candidatos ou ocupantes de cargos eletivos que sejam membros da instituição e tenham aprovação da Corregedoria.
- ( ) É vedado ao agente público utilizar, para fins privados, bens ou serviços exclusivos da administração pública e o auxílio de servidores, bem como usar os poderes e as prerrogativas do cargo para obter, para si ou para terceiro, qualquer tipo de vantagem, ressalvada a hipótese de o ato não constranger ou assediar colegas, servidores ou terceiros, bem como a de coordenador autorizado pelo Gabinete da Defensoria Pública-Geral.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F F F
- B) F V V V V
- C) V F V V F
- D) V V V F F
- E) V V F V V

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 15 (Peso 2)**

Acerca da Resolução do Conselho Superior nº 06, de 11 de março de 2025, que instituiu o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, tendo como premissa o dever legal do agente público de pautar sua conduta pelo respeito à ética, à integridade, à moralidade pública, à impessoalidade e ao decoro no âmbito da instituição, é correto afirmar que

- A) o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia não será aplicável ao Ouvidor-Geral da instituição, por se tratar de agente eleito com a participação de grupos operativos da sociedade civil organizada.
- B) o Código de Ética é instrumento de concretização dos princípios e normas de conduta da Defensoria Pública do Estado da Bahia, aplicado tão somente aos seus membros, servidores e ocupantes de cargos comissionados.
- C) são deveres fundamentais previstos no Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, dentre outros, não negligenciar os interesses da instituição em benefício de qualquer outra atividade, ainda que não vedada expressamente por lei.
- D) o Código de Ética é instrumento de realização dos princípios constitucionais no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sendo aplicado tão somente aos seus membros, servidores, ocupantes de cargos comissionados, bem como àqueles que, por força da Constituição Federal de 1988, prestam serviço de natureza permanente ou temporária diretamente à instituição.
- E) são deveres fundamentais previstos no Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, dentre outros, não utilizar as prerrogativas do cargo para tentar ingressar gratuitamente em estabelecimentos privados, como bares, cinemas, boates, teatros, estádios, espetáculos artísticos e similares, salvo se autorizado por ato da Defensoria Pública-Geral ou da Corregedoria-Geral.

**Leia o caso 1 para responder à questão 16.**

**Caso 1**

João, 58 anos, trabalhador autônomo e morador de um bairro periférico da cidade de Salvador/BA, compareceu a uma unidade da Defensoria Pública do Estado da Bahia em busca de orientação jurídica. Relatou que possui uma pequena residência de dois pavimentos e, diante das dificuldades financeiras que vem enfrentando, pretende alugar a parte superior do imóvel como forma de complementar sua renda e garantir sua subsistência.

Por não possuir conhecimento jurídico e receoso de formalizar o acordo de forma inadequada, João procurou a Defensoria Pública para obter auxílio na elaboração de um contrato de locação. Ao passar pelo setor de triagem da unidade, apresentou as informações e documentos solicitados, demonstrando possuir renda limitada e enquadrar-se nos critérios de hipossuficiência econômica adotados pela instituição.

Diante disso, o servidor responsável pelo atendimento inicial registrou a demanda e encaminhou o assistido para atendimento com um membro da Defensoria Pública, a fim de receber orientação jurídica quanto à formalização do contrato de aluguel pretendido.

**Questão 16 (Peso 2)**

Considerando o caso 1, bem como os conceitos, os fundamentos e a operacionalização dos institutos da assistência judiciária, da assistência jurídica e da gratuidade de justiça no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- A) João tem direito ao instituto da gratuidade de justiça, pois sua condição é de pessoa humilde, na forma da lei.
- B) no caso concreto, os institutos da gratuidade de justiça e da assistência judiciária se confundem, pois a Defensoria Pública poderia solucionar o problema sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- C) João tem direito ao instituto da gratuidade de justiça, pois sua condição é de pessoa humilde, na forma da lei, devendo demonstrar essa condição, considerando que a Defensoria Pública do Estado da Bahia adota teto remuneratório para fins de atendimento.
- D) no caso em questão, a atuação da Defensoria Pública materializa o instituto da assistência jurídica, uma vez que compete ao membro da instituição prestar orientação jurídica e elaborar o instrumento contratual em favor do assistido João.
- E) no caso em questão, observa-se certa imprecisão entre os institutos da assistência judiciária, da assistência jurídica e da gratuidade de justiça, sendo que a atuação da Defensoria Pública materializa a assistência judiciária, uma vez que compete ao membro da instituição prestar orientação jurídica e elaborar o instrumento contratual em favor do assistido João.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 17 (Peso 3)**

Sobre a revista jurídica, veículo de registro e divulgação científica no âmbito da instituição, de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 004/2020, de 6 de agosto de 2020, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado da Bahia, é correto afirmar que

- A) a Revista Jurídica tem como objetivo primordial, dentre outros, a divulgação de estudos, artigos e pesquisas de interesse institucional, de caráter multidisciplinar, destinados aos membros da carreira, servidores(as), estagiários(as) e também ao público externo.
- B) a Revista Jurídica é uma publicação da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, com edição de, no mínimo, 2 (dois) volumes anuais, sob a direção e supervisão da Coordenação Executiva da Capital.
- C) são atribuições do Conselho Editorial da Revista Jurídica publicar e acompanhar o cumprimento do plano editorial da Revista, após aprovação do Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública e da Coordenação Executiva.
- D) são atribuições do Conselho Editorial da Revista Jurídica, dentre outras, publicar e acompanhar o cumprimento do plano editorial anual, bem como fiscalizar a divulgação da revista, em articulação com a Assessoria de Comunicação (ASCOM) e a Coordenação Executiva.
- E) a Revista Jurídica é uma publicação da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, com edição de, no mínimo, 2 (dois) volumes anuais, e tem como objetivo primordial a promoção da atualização profissional e do aperfeiçoamento técnico dos servidores e estagiários(as).

**Questão 18 (Peso 3)**

De acordo com a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Lei nº 26, de 28 de junho de 2006, e suas alterações posteriores, acerca do papel do Coordenador Executivo de Defensoria, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) Cabe ao Coordenador Executivo de Defensoria acompanhar o trabalho de modernização da Defensoria Pública, visando ao aperfeiçoamento do acesso à justiça pelos necessitados, bem como da Coordenação de Modernização e Informática, para que seja aprimorada a comunicação entre os membros da Instituição, com o uso dos meios da *internet* e eletromagnéticos.
- ( ) Cabe ao Coordenador Executivo de Defensoria celebrar convênios e firmar acordos *ad referendum* do Conselho Superior com quaisquer órgãos ou entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com valor superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, nas demandas mais complexas, para atendimento das necessidades da Instituição e a consecução dos princípios da Defensoria.
- ( ) Cabe ao Coordenador Executivo de Defensoria exercer a coordenação, controle e supervisão das atividades das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, quanto à prestação de assistência judicial e extrajudicial, adequando o atendimento e desenvolvimento dos serviços às necessidades de cada uma destas Defensorias e determinando a atuação dos seus Subcoordenadores, dos Centros de Atendimento Multidisciplinar e dos estagiários, alocados nas Defensorias Públicas.
- ( ) Cabe ao Coordenador Executivo de Defensoria apoiar a Escola Superior da Defensoria Pública na realização de cursos de formação e capacitação dos membros da Defensoria Pública, fazendo indicações de temas de interesse da classe, estimulando o intercâmbio permanente entre Defensores Públicos, com o fim de alcançar o aprimoramento das funções institucionais e, quando possível, obter a uniformidade de posições, entendimentos e teses jurídicas que visem a fortalecer a posição comum da Instituição.
- ( ) Ao Coordenador Executivo de Defensoria compete requisitar exames, perícias, vistorias, certidões, informações, diligências, processos, documentos e esclarecimentos de autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos permissionários, concessionários, prestadores ou delegatários de serviços públicos em favor dos vulnerabilizados sociais.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V F F
- C) V V F V V
- D) F V F F F
- E) F V V V V

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

Leia o caso 2 para responder à questão 19.

**Caso 2**

Em uma Unidade Regional, a equipe composta pela Defensora Pública Dra. Helena e pelos servidores Carlos e Marcos passou a enfrentar sérios conflitos internos, afetando o regular funcionamento da unidade.

Carlos e Marcos passaram a protagonizar discussões frequentes durante o expediente, com trocas de acusações acerca da divisão de tarefas e do cumprimento de prazos. Em diversas ocasiões, houve manifestações de desrespeito mútuo, com elevação de tom de voz, ironias e exposição de críticas na presença de assistidos.

A tensão também alcançou a relação com a Defensora Pública, que relatou dificuldades na coordenação da equipe diante do comportamento conflituoso dos servidores. Por sua vez, os servidores alegaram ausência de diálogo e tratamento inadequado na distribuição das atividades.

O ambiente tornou-se hostil, comprometendo a produtividade, o bem-estar dos integrantes da unidade e a qualidade do atendimento prestado à população assistida. Diante do quadro, a Coordenação Regional foi instada a apurar os fatos e avaliar se as condutas estavam em consonância com os deveres institucionais que determinam que o convívio no âmbito da Defensoria Pública seja pautado pela cordialidade, respeito mútuo, equidade, colaboração e espírito de equipe.

**Questão 19 (Peso 3)**

Considerando o caso 2 e de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 06, de 11 de março de 2025, que instituiu o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) O Código de Ética da DPE-BA não disciplina o tema relativo ao convívio no ambiente de trabalho.
- ( ) O convívio no ambiente de trabalho deve estar alicerçado na cordialidade, respeito mútuo, equidade, bem-estar, segurança de todos, colaboração e espírito de equipe na busca de um objetivo comum, independentemente da posição hierárquica ou cargo, emprego ou função.
- ( ) Do agente público são esperadas, dentre outras, as condutas de contribuir para um ambiente de trabalho livre de ofensas, difamação, exploração, discriminação, repressão, intimidação, assédio, ameaça, violência verbal ou não verbal, bem como de compartilhar com os demais colegas os conhecimentos e as informações necessárias ao exercício das atividades próprias da instituição, respeitadas as normas relativas ao sigilo.
- ( ) Do agente público são esperadas, dentre outras, as condutas de não permitir que interesses de ordem pessoal, política, ideológica, partidária, religiosa, de gênero ou étnica, bem como simpatias ou antipatias, interfiram no trato com colegas, com o público em geral e no andamento dos trabalhos, assim como de não prejudicar deliberadamente, no ambiente de trabalho ou fora dele, por qualquer meio, a imagem da instituição ou a reputação de seus agentes públicos.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F
- B) V F V V
- C) V F F F
- D) F V V F
- E) F V V V

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 20 (Peso 3)**

Considerando as situações que configuram conflito de interesses, de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 06, de 11 de março de 2025, que instituiu o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) Investir em bens, em que a cotação ou o valor possa ser afetado por decisão administrativa institucional, a respeito da qual tais membros e servidores tenham informações privilegiadas, em razão do cargo ou da função.
- ( ) Exercer atividade que implique a contratação/prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe.
- ( ) Divulgar por qualquer meio ou atividade ou fazer uso de informação privilegiada, obtida em razão das atividades exercidas, em proveito próprio ou de terceiro, que permitam burlar os controles exercidos pela administração ou coloquem em risco a imagem institucional.
- ( ) Praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão.
- ( ) Exercer, direta ou indiretamente, atividade que, em razão de sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, bem como receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público. Em caso de dúvida acerca de situação que possa configurar conflito de interesses, o membro deverá recorrer ao Conselho Superior, na qualidade de órgão normativo interno, e ao servidor à respectiva Coordenação Executiva.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V V F
- B) V V V F F
- C) F F V V F
- D) F V F F F
- E) F F V V V

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES 21 A 40**

**Questão 21 (Peso 1)**

Com fundamento nas disposições da Constituição Federal de 1988 e em suas alterações posteriores acerca da Defensoria Pública na arquitetura constitucional brasileira, bem como no entendimento da doutrina especializada sobre o tema, é correto afirmar que

- A) a arquitetura constitucional da Defensoria Pública, tal como moldada a partir da redação originária da Constituição Federal de 1988, sob a perspectiva institucional, aproxima-a mais da Advocacia Pública e da Procuradoria dos Estados do que da Procuradoria-Geral de Justiça.
- B) a arquitetura constitucional da Defensoria Pública, tal como moldada a partir da redação originária da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, pela Emenda Constitucional nº 80/14, sob a perspectiva institucional, aproxima-a mais da Procuradoria dos Estados do que do Ministério Público.
- C) a relação entre a atuação da Defensoria Pública e a defesa do Estado Democrático de Direito é meramente administrativa e institucional, vez que pertence ao Ministério Público a atuação coletiva na defesa dos direitos difusos e à Defensoria Pública a defesa individual dos necessitados, na forma da lei.
- D) a relação entre a atuação da Defensoria Pública e a defesa do Estado Democrático de Direito limita-se aos planos administrativo e institucional, não possuindo conteúdo substancial. Isso porque a tutela coletiva dos direitos difusos compete ao Ministério Público, enquanto à Defensoria Pública cabe a defesa individual dos necessitados e vulneráveis, nos termos da lei.
- E) o novo perfil institucional da Defensoria Pública implicou sua dissociação das funções da advocacia privada. A alocação topográfica normativa, desenhada na Constituição Federal para cada um desses atores, confirma a desigualdade institucional. Refuta-se a equiparação da Defensoria Pública à Advocacia privada frente às finalidades institucionais da primeira na promoção do acesso à justiça, da redução das desigualdades e do fomento à cidadania de ter direitos, que afastam o caráter exclusivo de proteção de interesses individuais do assistido.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 22 (Peso 1)**

“Visando evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do indivíduo, a Constituição Federal de 1988, seguindo a tradicional divisão de Poderes consagrada por Montesquieu, disciplinou criteriosamente a organização das funções do Estado (Título IV Da organização do Poderes), dividindo-as entre o Poder Legislativo (Capítulo I), o Poder Executivo (Capítulo II) e o Poder Judiciário (Capítulo III). Ao lado destes elementares Poderes Estatais, e dentro do mesmo Título IV, foi pela Carta Magna instituído um quarto complexo orgânico [...]” (Esteves; Alves Silva, 2018, p. 69).

A alternativa que relaciona o papel político deste quarto complexo orgânico é

- A) função de provedoria de justiça.
- B) função de equidade social e econômica.
- C) atribuição de defesa do estado e das instituições democráticas.
- D) atribuição de segurança pública e de promoção da justiça social.
- E) função de defesa do estado, das instituições democráticas e de defesa do estado.

**Questão 23 (Peso 2)**

“A razoabilidade estrutura a aplicação de outras normas, princípios e regras, notadamente das regras. A razoabilidade é usada com vários sentidos. Fala-se em razoabilidade de uma alegação, razoabilidade de uma interpretação, razoabilidade de uma restrição, razoabilidade do fim legal, razoabilidade da função legislativa. Enfim, a razoabilidade é utilizada em vários contextos e com várias finalidades.” (Ávila, 2006. p. 138-139).

Levando em consideração a doutrina especializada sobre a Teoria dos Princípios, a alternativa que mais se aproxima da razoabilidade como equidade é

- A) aquela que exige a harmonização da norma geral com o caso individual.
- B) a concepção que faculta a harmonização das normas com suas condições externas de aplicação.
- C) o sentido que faculta a relação de equivalência entre a medida adotada e o critério que dimensiona.
- D) aquela que exige uma harmonização e equivalência entre as condições externas da norma jurídica e o critério legislativo constitucional preponderante.
- E) a concepção que faculta a harmonização e coerência sistêmica entre as condições externas da norma na ordem jurídica e o critério legislativo constitucional em destacado.

**Leia o caso 3 para responder à questão 24.**

**Caso 3**

Maria da Conceição, 47 anos, auxiliar de serviços gerais e moradora de Feira de Santana/BA, procurou a Defensoria Pública do Estado da Bahia para obter orientação jurídica após ser informada de um aumento superior a 800% em taxa cartorária exigida para a prática de atos necessários ao ingresso de ação judicial. Segundo relatou, o valor anteriormente cobrado era compatível com sua renda, mas, após o reajuste, passou a representar montante onerosíssimo, tornando inviável, na prática, o acesso ao Judiciário. Maria da Conceição afirmou não possuir condições financeiras de arcar com a nova taxa sem comprometer sua subsistência.

**Questão 24 (Peso 2)**

Considerando o caso concreto apresentado (caso 3), a alternativa que contempla o substrato principiológico jurídico aplicável é

- A) o princípio da igualdade ou isonomia, posto que exige uma concordância prática a ser aferida no caso concreto.
- B) o princípio da proibição de excesso, na medida que estabelece que a realização de um elemento não pode resultar no aniquilamento de outro.
- C) o postulado da concordância prática, pois é ilegítimo exigir aumento superior a 800% que embarace o exercício de direito fundamental constitucional.
- D) o princípio da isonomia material, na medida em que as pessoas ou situações são iguais ou desiguais em função de um critério social e econômico diferenciador.
- E) o postulado da proibição de excesso, pois funciona como regra, prevendo a proibição de tratamento discriminatório, assim como busca instituir um estado igualitário como fim a ser promovido.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 25 (Peso 2)**

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, compete à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, implementar a gestão por competências e designar agentes públicos para o exercício das funções essenciais à execução da referida lei, os quais deverão preencher, entre outros, o(s) seguinte(s) requisito(s):

- A) sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.
- B) sejam servidores efetivos, ocupantes de cargo em comissão nos quadros da Administração Pública ou nomeados sob regime jurídico especial de direito público.
- C) não sejam cônjuges de licitantes ou contratados de qualquer dos entes da Administração, ressalvado o vínculo de parentesco até o terceiro grau, nem mantenham relação de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista, tributária ou civil.
- D) possuam competências relacionadas à gestão de compliance e tenham, necessariamente, formação em Economia ou em Finanças Públicas, comprovada por certificação profissional, emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público, bem como habilitação no Tribunal de Contas do respectivo ente federativo.
- E) possuam competências relacionadas à gestão de compliance e tenham, necessariamente, formação em Economia ou em Finanças Públicas, comprovada por certificação profissional, emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público, bem como habilitação no Tribunal de Contas do respectivo ente federativo e registro na Junta Comercial competente.

**Questão 26 (Peso 2)**

Em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, o processo licitatório possui objetivos específicos.

A alternativa que contempla ao menos um desses objetivos é

- A) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- B) garantir a seleção da proposta que gere contrato juridicamente seguro e mais vantajoso para a Administração Pública, observando a durabilidade e a manutenção futura do objeto.
- C) garantir a escolha de proposta capaz de resultar em contrato juridicamente seguro, observando o limite de 15% (quinze por cento) do Plano Plurianual aprovado pela Assembleia Legislativa para o respectivo órgão da Administração Pública.
- D) assegurar a seleção da proposta apta a gerar um contrato juridicamente seguro, observado o limite de 20% (vinte por cento) do Plano Plurianual aprovado pela Assembleia Legislativa para o órgão da Administração Pública, bem como o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- E) assegurar a seleção da proposta apta a gerar um contrato juridicamente seguro, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do Plano Plurianual aprovado pela Assembleia Legislativa para o órgão da Administração Pública, bem como o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive observando a durabilidade e a manutenção futura do objeto do contrato.

**Questão 27 (Peso 2)**

Sobre o direito à proteção de dados, sob a ótica do direito civil contemporâneo, é correto afirmar que

- A) o direito à proteção de dados se caracteriza como direito objetivo análogo aos direitos à privacidade e à intimidade.
- B) assim como as finanças descentralizadas, o direito à proteção de dados não integra o rol dos direitos fundamentais.
- C) o direito à proteção de dados se caracteriza como direito fundamental autônomo, que não se confunde com o direito à privacidade.
- D) o direito à proteção de dados se caracteriza como direito potestativo de natureza convencional e constitucional, equiparado aos direitos à privacidade e à intimidade.
- E) o direito à proteção de dados, assim como as finanças descentralizadas, não integraria o rol dos direitos fundamentais, o que o diferencia do direito à intimidade, mas não do direito à privacidade.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia o texto 3 para responder à questão 28.**

**Texto 3**

“O direito civil dos nossos dias incorpora novos modos de percepção. É chamado, a todo instante, a reconstruir o sentido de velhos conceitos e categorias, diante dos problemas inéditos que o nosso século apresenta. Não são poucos nem simples os desafios que se põem diante do século XXI. As ameaças que nos afligem, atualmente, parecem se renovar a todo instante. Já se disse que toda época tem seus fantasmas” (Farias, Braga Netto, Rosenvald, 2025, p. 86).

**Questão 28 (Peso 2)**

Segundo o texto 3, a alternativa que contempla um modelo de direito civil amparado na ética, na dimensão existencial e na realização material dos direitos fundamentais é

- A) a exigência de autorização de cônjuges ou companheiros para utilização de métodos contraceptivos invasivos viola o direito à disposição do próprio corpo.
- B) no Direito Civil, impera a ampla liberdade privada, em decorrência do irrestrito individualismo jurídico materializado nas três liberdades básicas: a de contratar, a de ser proprietário e a de testar.
- C) no Direito Civil, influenciado pelo Positivismo Jurídico, impera a ampla liberdade de contratar, decorrente do individualismo jurídico materializado nos três pilares da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.
- D) a natureza fundamentalmente ético-jurídica da experiência política e social do século XXI impede qualquer alteração na teoria das incapacidades ou na liberdade de testar, pois, em relação a esta última, prevalece a vontade do falecido.
- E) no âmbito do direito privado, influenciado pelo Positivismo Jurídico e, posteriormente, pela teoria social liberal, passou a imperar a ampla liberdade de contratar e de testar, decorrente da centralidade do indivíduo como desdobramento dos lemas da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade.

**Leia o texto 4 para responder à questão 29.**

**Texto 4**

“Pode se afirmar que o grau de realização do Estado de Direito em nossa região está dado pela autonomia e o poder da Defensoria Pública em comparação com outras agências do sistema penal [...]” (Zaffaroni, 2002, p. 20). “De tão importante, básico e imprescindível que se revela o direito de acesso à justiça, é correto dizer que se trata, atualmente, de uma norma imperativa de Direito Internacional, que, conforme já decidiu a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ‘gera obrigações erga omnes para os Estados de adotar as medidas que sejam necessárias para não deixar na impunidade essas violações’. A sua essencialidade também é defendida por Ana Paula de Barcelos, que insere o acesso à justiça no conteúdo nuclear do princípio da dignidade da pessoa humana, também denominado de mínimo existencial’. [...] O Brasil, embora ainda de forma não satisfatória, organizou o seu serviço de assistência jurídica gratuita aos pobres, confiando-o à Defensoria Pública (Paiva, 2016, p. 133-134).

**Questão 29 (Peso 2)**

Considerando o texto 4 e a teoria para definição de quem pode ser assistido pela Defensoria Pública no processo penal, é correto afirmar que

- A) segundo a teoria do acesso constricto, a atuação da Defensoria Pública no processo penal limita-se aos casos de necessidade jurídica, pouco importando o aspecto econômico do assistido.
- B) segundo a doutrina, o Código de Processo Penal orienta-se pela teoria do acesso universal na disciplina conferida ao acusado e ao seu defensor, pois o trabalho da Defensoria abrange os processados em geral.
- C) tanto a teoria do acesso constricto quanto a do acesso restrito, referentes ao acesso à justiça no processo penal, conflitam com os princípios institucionais da Defensoria Pública consagrados na Constituição Federal de 1988.
- D) sob a égide da teoria do acesso limitado, o mister da Defensoria Pública no processo penal circunscreve-se às hipóteses de necessidade jurídica, prescindindo-se de qualquer análise acerca da hipossuficiência econômica do assistido.
- E) consoante a teoria do acesso intermediário, caso o acusado, embora possuindo condições financeiras, não constitua advogado, caberá à Defensoria Pública assisti-lo, devendo, ao final, cobrar-lhe honorários a serem revertidos ao fundo de aparelhamento da instituição.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 30 (Peso 2)**

Sobre o Direito das Famílias e Sucessões, segundo o Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, e o entendimento doutrinário respectivo, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) No âmbito do direito das famílias contemporâneo, admite-se a configuração da "família mínima", entendida como aquela em cujo planejamento não há intervenção estatal.
- ( ) O excluído da sucessão não terá direito ao usufruto ou à administração dos bens que a seus sucessores couberem na herança, nem à sucessão eventual desses bens.
- ( ) São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da sentença de exclusão; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe perdas e danos.
- ( ) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública e é anulável se não lhe seguir o casamento. Além disso, a validade do pacto antenupcial realizado por menor de 16 anos fica condicionada à aprovação de seu representante legal, independentemente do regime de casamento.
- ( ) Dentre outras hipóteses, serão excluídos da sucessão os sucessores testamentários, salvo os legatários que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade. Nesse caso, os efeitos somente serão efetivados mediante sentença cível transitada em julgado.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V F F
- C) V V F V V
- D) F V F F V
- E) F V V F F

**Leia o caso 4 para responder à questão 31.**

**Caso 4**

Carlos Henrique foi condenado definitivamente à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, iniciando-se a execução penal.

Após o trânsito em julgado, seus familiares constituíram advogado particular recém-formado e sem experiência em execução penal. O patrono passou a formular pedidos manifestamente incabíveis, como progressão de regime e livramento condicional sem o cumprimento do lapso temporal mínimo, deixando de requerer providências relevantes, como a retificação do cálculo de pena e a remição já certificada. A atuação mostrou-se precária, desidiosa e contrária aos interesses do condenado.

O Defensor Público titular da execução penal, que atua em favor de outros presos da unidade, ao tomar conhecimento da situação, peticionou nos autos e passou a atuar oficialmente no processo para resguardar os direitos do apenado.

**Questão 31 (Peso 3)**

A situação narrada no caso concreto (caso 4), frente à doutrina sobre a atuação da Defensoria Pública na execução penal e segundo a Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) a atuação da Defensoria Pública não se justifica no caso em tela, uma vez que a situação foge à sua missão institucional e configura uma exceção ao princípio da ampla defesa.
- B) a privação da liberdade é fator que gera vulnerabilidade, legitimando, assim, a atuação da Defensoria Pública, mesmo em favor daqueles que possuem advogado constituído.
- C) a situação descrita não justifica a intervenção da Defensoria Pública, por se afastar de seus princípios institucionais, de sua vocação constitucional e, também, de sua legitimação extraordinária.
- D) a legitimação ordinária da Defensoria Pública, no caso, somente seria juridicamente admissível se exercida em litisconsórcio com o Ministério Público, atuando este na condição de fiscal da lei.
- E) a situação descrita não justifica a intervenção da Defensoria Pública, por se afastar de seus princípios institucionais, de sua vocação constitucional e, também, de sua legitimação extraordinária, sendo a hipótese atribuição do Ministério Público, na qualidade de fiscal da legalidade.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 32 (Peso 3)**

Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se assistência afetiva, entre outros aspectos, a orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais.
- ( ) Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- ( ) Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, incluídos os casos de abandono afetivo.
- ( ) Compete ao pai, além de zelar pelos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, prestar aos filhos assistência material e afetiva, que, prioritariamente por meio de visitação periódica, possibilite o acompanhamento de sua formação psicológica, religiosa e social.
- ( ) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se assistência afetiva, entre outros aspectos, a solidariedade e o apoio nos momentos de intenso sofrimento ou dificuldade, bem como a presença física espontaneamente solicitada pela criança ou pelo adolescente, quando possível de ser atendida.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V F V V
- C) V V V F V
- D) F V F F F
- E) F V V V V

**Questão 33 (Peso 3)**

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Brasil, 1988, p. 34).

Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a administração pública, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- ( ) É permitida a vinculação de subsídio para remuneração de pessoal do serviço público, especialmente do professor do ensino fundamental, vinculada ao salário-mínimo vigente.
- ( ) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- ( ) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário, sendo permitida, contudo, a equiparação de espécies remuneratórias para efeito de pagamento de pessoal do serviço público ou mesmo a acumulação para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V V F V
- B) V V F V V
- C) V F V V F
- D) F V F F F
- E) F V V V V

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia a matéria jornalística apresentada no texto 5 para responder à questão 34.**

**Texto 5**

“O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, abriu nesta terça-feira (10) a 1ª Sessão Ordinária de 2026 com a apresentação das prioridades da gestão para o ano. Entre os principais eixos, destacou o enfrentamento ao feminicídio e o combate à violência doméstica e sexual contra meninas e mulheres, apontados como desafios centrais do Poder Judiciário.

Fachin afirmou que o CNJ também deverá concentrar esforços na conclusão do mapeamento da atuação da criminalidade organizada e na definição de estratégias para o seu enfrentamento. As políticas de equidade racial igualmente integrarão a agenda prioritária do Conselho.

Na área da saúde, o ministro anunciou uma parceria entre o CNJ, o STF e o Ministério da Saúde para a implantação da Plataforma Nacional da Saúde. A iniciativa tem como foco a gestão do fornecimento de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e busca aprimorar a governança dos processos relacionados à judicialização da saúde.

O presidente do CNJ destacou ainda a intenção de reorganizar a governança das políticas judiciárias, com o objetivo de promover maior integração, racionalidade e continuidade das ações institucionais. Segundo ele, a condução dessas políticas deve evitar fragmentações e assegurar alinhamento a objetivos estratégicos.”

Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/violencia-contra-mulheres-e-governanca-serao-foco-de-atuacao-do-cnj-em-2026-diz-fachin/>. Acesso em: 22 fev. 2026.

**Questão 34 (Peso 3)**

Considerando o texto 5 e as disposições da Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) Em razão da adoção da teoria da prevenção geral positiva, o condenado por feminicídio não perderá o direito previsto na Lei de Execução Penal relativo à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos, em dias determinados.
- ( ) O condenado por crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do Código Penal, ou por crimes contra a dignidade sexual, ao usufruir de qualquer benefício em que ocorra a sua saída de estabelecimento penal, será fiscalizado por meio de monitoração eletrônica.
- ( ) O condenado por crimes contra a dignidade sexual somente ingressará em regime mais benéfico de cumprimento de pena ou perceberá benefício penal que autorize a saída do estabelecimento se os resultados do exame criminológico afirmarem a existência de indícios de que não voltará a cometer crimes da mesma natureza.
- ( ) Ressalvadas as hipóteses legais específicas, em razão da adoção da teoria retribucionista da pena, o condenado por feminicídio não perderá o direito previsto na Lei de Execução Penal relativo à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos, passando, contudo, por incidente anual destinado à verificação da persistência de periculosidade.
- ( ) Em razão da teoria da racionalidade penal moderna adotada pela Lei de Execução Penal, o condenado por crimes contra a dignidade sexual somente ingressará em regime mais benéfico de cumprimento de pena ou perceberá comutação de pena que autorize a saída do estabelecimento se o resultado do exame psicológico afirmar que ele não voltará a delinquir.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V F F
- C) V V F V V
- D) F V F F V
- E) F V V F F

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Questão 35 (Peso 3)**

Considerando o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e suas alterações posteriores), a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e suas alterações posteriores, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da diversidade de raça, etnia e orientação sexual, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) No crime de racismo, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou da função pública, quando se tratar de servidor público, bem como a suspensão do funcionamento de estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.
- ( ) O Estatuto da Igualdade Racial garante aos moradores das comunidades remanescentes de quilombos incentivos específicos para a efetivação do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.
- ( ) O Estatuto da Igualdade Racial foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no ponto em que, ao tratar do direito à saúde da população negra, assegurava que o poder público garantiria que o segmento da população negra vinculado a seguros privados de saúde fosse tratado sem discriminação, tendo a Corte ressalvado os seguros com participação estatal.
- ( ) Os integrantes do grupo LGBTQIA+ nascem, como qualquer pessoa, iguais em dignidade e direitos, com plena capacidade de autodeterminação em suas escolhas afetivas e amorosas. Em uma ordem democrática, ninguém pode ser privado de direitos ou sofrer restrições jurídicas em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, assegurando-se a todos o direito à igualdade e à busca da felicidade.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V
- B) V V V F
- C) V V F V
- D) F V F F
- E) F V V V

**Questão 36 (Peso 3)**

Sobre a autorização para viajar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.
- ( ) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável.
- ( ) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.
- ( ) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.
- ( ) Nenhuma criança poderá viajar desacompanhada dos pais ou responsáveis para fora da região metropolitana onde reside. O adolescente, por sua vez, somente poderá fazê-lo a partir dos 14 (quatorze) anos e ainda assim dependerá de expressa autorização judicial.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V V F
- C) V V F V V
- D) F V F F F
- E) F V V V V

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia o caso 5 para responder à questão 37.**

**Caso 5**

Juliana é servidora pública concursada do Estado da Bahia, exercendo um cargo administrativo e outro de professora em dois órgãos distintos da Administração Pública estadual. No primeiro vínculo, cumpre jornada das 7h00 às 12h00. No segundo cargo, desempenha suas funções das 13h00 às 18h00, ambos localizados na mesma cidade.

Após auditoria interna realizada por um dos órgãos, foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar possível acumulação irregular de cargos públicos, sob o argumento de que haveria incompatibilidade de horários e afronta às normas constitucionais sobre acumulação remunerada.

Juliana sustenta que os horários são plenamente compatíveis, inexistindo sobreposição de jornadas, e que exerce regularmente ambas as funções sem prejuízo ao serviço público.

**Questão 37 (Peso 3)**

Considerando a situação narrada no caso concreto (caso 5), à luz da doutrina e das disposições da Constituição Federal de 1988, sobre a possibilidade de acumulação de cargos públicos e dos requisitos constitucionais relacionados à compatibilidade de horários e à natureza dos cargos exercidos, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, entre outros casos, na hipótese de dois cargos de professor.
- ( ) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, entre outros casos, na hipótese de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- ( ) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, entre outros casos, na hipótese de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- ( ) As hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se unicamente à existência de compatibilidade de horários, verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal.
- ( ) Na hipótese do caso concreto, se o superior hierárquico de Juliana Ferreira dos Santos concedesse autorização para que ela participasse de conselhos de administração e fiscal de empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como de entidades sob controle direto ou indireto do Estado, isso contrariaria a vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas prevista na Constituição, uma vez que essa atuação como conselheira representa o exercício efetivo de cargo ou função pública em sentido estrito.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V F V
- C) V V F V V
- D) F V F F F
- E) V V V V F

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia o caso 6 para responder à questão 38.**

**Caso 6**

João Ricardo, 38 anos, pedreiro, foi denunciado pela prática do crime de feminicídio, previsto no art. 121-A do Código Penal, por ter matado sua ex-companheira, Ana Beatriz, por razões da condição do sexo feminino, em contexto de violência doméstica.

Encerrada a primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, o acusado foi pronunciado e, posteriormente, submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, que o condenou pela prática do crime.

O juiz presidente, ao proferir a sentença, fixou a pena definitiva em 35 (trinta e cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado.

Após o esgotamento das vias recursais, ocorreu o trânsito em julgado da condenação.

**Questão 38 (Peso 3)**

Considerando o caso concreto (caso 6) e as disposições da legislação criminal aplicável, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) É possível, no caso concreto, observando-se o sistema trifásico, a fixação de pena restritiva de liberdade superior ao limite legal de cumprimento da pena, que é de 30 anos.
- ( ) Os efeitos da condenação previstos no Código Penal e na Lei Maria da Penha, como no caso concreto, são automáticos, mas dependem do tipo de delito praticado, como ocorre no crime letal e intencional de feminicídio.
- ( ) As consequências jurídicas da condenação, estabelecidas na Lei Maria da Penha como no caso concreto, operam de pleno direito, variando o tempo de sua duração conforme a natureza do delito praticado, mas serão obrigatórias e terão duração igual ao tempo da pena quando se tratar de crime hediondo.
- ( ) Ao condenado por crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do Código Penal e da Lei Maria da Penha, não será possível que o juiz, mesmo fundamentando, aplique automaticamente o efeito de vedar sua nomeação, designação ou diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito em julgado da condenação e o efetivo cumprimento da pena, salvo nos crimes hediondos.
- ( ) O juiz poderá declarar, ainda que sem pedido expresso do Ministério Público, mas de forma motivada, a incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela nos crimes dolosos sujeitos à pena de reclusão cometidos contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar, contra filho, filha ou outro descendente, tutelado ou curatelado, bem como nos crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do Código Penal.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V F V V
- C) F V V F F
- D) F F F F V
- E) F V V V F

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia o caso 7 para responder à questão 39.**

**Caso 7**

Ricardo, 42 anos, professor de História em uma instituição privada de ensino superior, localizada em Salvador/BA, envolveu-se em grave conflito com um colega docente em razão de divergências acadêmicas e administrativas que vinham se intensificando ao longo do semestre letivo.

Segundo apurado, após discussão ocorrida na sala dos professores, Ricardo dirigiu-se ao estacionamento interno da instituição, onde encontrou o colega e, valendo-se de arma de fogo que portava irregularmente, efetuou disparos contra a vítima. O fato ocorreu nas dependências da própria instituição de ensino, em horário de funcionamento, na presença de alunos e funcionários.

A vítima não resistiu aos ferimentos e veio a óbito no local. Ricardo foi preso em flagrante e, posteriormente, denunciado pela prática de homicídio qualificado.

**Questão 39 (Peso 3)**

Considerando o caso concreto (caso 7) e as disposições da legislação criminal aplicável, Decreto-Lei nº: 2.848, de 07 de dezembro de 1940, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) No caso concreto narrado, a simples circunstância de ter sido praticado nas dependências de uma instituição de ensino não caracteriza homicídio qualificado.
- ( ) A pena de Ricardo seria aumentada em 2/3 (dois terços) se o crime tivesse sido praticado em instituição de educação básica, pública ou privada.
- ( ) Na situação concreta, a qualificadora decorre da circunstância de os golpes terem sido desferidos nas dependências de uma instituição pública, e não de seu caráter educacional.
- ( ) A pena do homicídio será aplicada na modalidade simples, porém será aumentada de 1/2 (metade) se o autor for ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se, por qualquer outro título, tiver autoridade sobre ela.
- ( ) A pena do homicídio será aplicada na modalidade simples, porém será aumentada de 1/3 (um terço) se o autor for ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se, por qualquer outro título, tiver autoridade sobre ela; e será aumentada de 1/2 (metade) se o crime for praticado por professor ou funcionário de instituição de ensino pública, em razão da maior punibilidade.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F V V F
- B) V V V F F
- C) V V F V V
- D) F V F F F
- E) F V V F F

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**Leia o caso 8 para responder à questão 40.**

**Caso 8**

Carlos Henrique, 29 anos, desempregado, residindo no Município Alfa, aproveitando-se do período noturno, dirigiu-se à residência de Rogério, pessoa com deficiência física permanente (cadeirante) e diagnosticado com leve retardo mental, que vivia sozinho.

Com o objetivo de subtrair bens da vítima, Carlos Henrique escalou o muro do imóvel e, utilizando uma barra de ferro, arrombou a porta dos fundos da residência, causando sua destruição parcial. Em seguida, ingressou no interior da casa e subtraiu um aparelho de televisão, um telefone celular e a quantia de R\$ 1.200,00 em espécie.

A ação foi registrada por câmeras de segurança de vizinhos, o que permitiu a identificação do autor. Preso em flagrante horas depois, parte dos bens foi recuperada.

**Questão 40 (Peso 3)**

Considerando o caso concreto (caso 8) e as disposições da legislação criminal aplicável, Decreto-Lei nº: 3.689, de 03 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- ( ) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- ( ) No caso em apreço, como a infração deixa vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, ainda que Carlos Henrique venha a confessar na qualidade de acusado.
- ( ) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito indireto quando se tratar de crime transeunte que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como nos crimes de fato passageiro que impliquem violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.
- ( ) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de procedimentos destinados a manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, a fim de rastrear sua posse e manuseio desde o reconhecimento até o descarte, iniciando-se com a preservação do local do crime ou com procedimentos policiais ou periciais que identifiquem a existência de vestígio, cabendo ao agente público que reconhecer elemento de potencial interesse para a prova pericial a responsabilidade por sua preservação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F F
- B) F V V F
- C) V F V V
- D) V V F V
- E) V V V F

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL Nº 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

**ORIENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DE REDAÇÃO**

- 1 O **Caderno de Resposta da Questão de Redação** é identificado na capa, na área destacável, com o seu nº de inscrição e seus dados pessoais. Conferi-los é de sua inteira responsabilidade.
- 2 Assine o Caderno de Resposta da Questão de Redação, exclusivamente, no local designado para essa finalidade na área destacável localizada na capa.
- 3 O **Caderno de Resposta da Questão de Redação** EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ SUBSTITUÍDO.
- 4 Desenvolva sua redação nesse Caderno de Questões, no espaço reservado ao Rascunho e, depois, transcreva-a na área pautada do **Caderno de Resposta da Questão de Redação**, usando caneta esferográfica de tinta **azul-escura** ou **preta**.
- 5 Preferencialmente, não utilize letra de fôrma. Caso o faça, destaque as iniciais maiúsculas.
- 6 Não será considerado o texto escrito fora dos limites de linhas estabelecido na questão.
- 7 **A Questão de Redação será avaliada com base nos seguintes critérios:**

Itens avaliados		Pontuação Máxima
Conteúdo	Apresentação clara de um posicionamento crítico sobre o tema	2,0
	Argumentação Sólida através do uso de dados e/ou fatos e/ou exemplos e/ou citações para sustentar a tese ao longo do desenvolvimento.	2,0
	Conclusão	2,0
Adequação à norma culta	Uso da Norma-padrão: Linguagem formal, sem coloquialismos.	1,0
	Coesão e Coerência.	1,0
	Objetividade: Texto direto, focado no tema e com caráter dissertativo (analítico) e argumentativo (persuasivo).	1,0
	Impessoalidade na abordagem do tema.	1,0
<b>Somatório</b>		<b>10,0</b>

**8 A Questão de Redação deve:**

- a) ter um título;
- b) ocupar as linhas de uma margem à outra, respeitando os espaços dos parágrafos;
- c) empregar linguagem clara e de acordo com o padrão normativo da língua portuguesa;
- d) ser escrita com letra legível;
- e) estar escrita na área pautada do **Caderno de Resposta da Questão de Redação**.

**9 Será atribuída nota zero à Redação que:**

- a) estiver em branco na folha pautada do Caderno de **Resposta da Questão de Redação**;
- b) de qualquer forma possa ser identificada na folha pautada destinada à resposta;
- c) não aborde o tema proposto;
- d) não obedeça a quantidade mínima de linhas estabelecida na questão.
- e) estiver escrita à lápis;
- f) esteja ilegível;
- g) for apresentada em versos;
- h) estiver escrita em língua diversa à Língua Portuguesa.

**QUESTÃO DE REDAÇÃO – (Peso 2)**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um dos momentos mais decisivos da história. Pela primeira vez, o mundo reconheceu formalmente que toda pessoa, independentemente de origem, credo, raça, gênero ou condição social, possui direitos inalienáveis. Mais do que um documento simbólico, a Declaração estabeleceu um novo paradigma: os direitos humanos não são uma concessão dos Estados, mas um compromisso irrenunciável da comunidade internacional para garantir a dignidade, a liberdade e a justiça para todas as pessoas.

Esse marco aconteceu em 10 de dezembro de 1948, quando, ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. [...]

O artigo XXIV da referida declaração orienta que: “Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.

Nações Unidas Brasil. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: [https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU\\_DireitosHumanos\\_DUDH\\_UNICRio\\_20250310.pdf](https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf). Acesso em: 03 mar. 2026.

Considerando que o fragmento da Declaração Universal dos Direitos humanos (DUDH) tem caráter unicamente motivador, elabore um texto dissertativo-argumentativo que tenha, **no mínimo, 20 (vinte) e, no máximo, 40 (trinta) linhas**, discorrendo sobre **a importância do repouso e do lazer para a garantia da dignidade humana**. Você pode inspirar-se no texto motivador, mas não transcreva partes desse texto no corpo da sua redação.

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA)**  
**EDITAL N° 001/2026**

**ANALISTA TÉCNICO-DIREITO (Códigos 001 a 028)**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40